

AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DE MACAPÁ-AP

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues dos.¹

PERTILE, Noeli.²

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de.³

RESUMO: O artigo objetiva discutir diferentes concepções acerca de cidades médias e o papel destas na rede urbana da Amazônia, com ênfase para Macapá, capital do Estado do Amapá. O estudo faz uma abordagem a propósito da centralidade desta cidade na sub-região norte do Marajó e no próprio Amapá. O papel desempenhado por esta cidade média na rede urbana regional é produto da ocupação recente da região a partir da década de 1960 que tem o Estado como principal agente indutor. Os fluxos migratórios aliados ao crescimento vegetativo, resultaram em um acentuado incremento populacional deste núcleo urbano, que passou a apresentar um quadro de segregação espacial urbana materializado, principalmente, na favelização em áreas úmidas conhecidas localmente como “ressacas”. A metodologia deste estudo é de caráter interdisciplinar e envolveu análise de dados estatísticos, levantamento bibliográfico e documental. O mesmo revelou que o crescimento da centralidade de Macapá é acompanhado de uma acentuação das contradições inerentes à produção do espaço urbano capitalista.

Palavras-chave: Cidades Médias, Rede Urbana, Segregação, Áreas de Ressaca, Macapá.

RESUMEN: Este artículo busca discutir diferentes concepciones de las ciudades medianas y su rol en la red urbana amazónica, con énfasis en Macapá, capital del estado de Amapá. El estudio aborda la centralidad de esta ciudad en la subregión norte de Marajó y en el propio Amapá. El rol de esta ciudad mediana en la red urbana regional es producto de la reciente ocupación de la región, iniciada en la década de 1950, con el Estado como principal impulsor. Los flujos migratorios, combinados con el crecimiento vegetativo, resultaron en un fuerte aumento de la población en este centro urbano, que comenzó a presentar una situación de segregación espacial urbana, materializada principalmente en la formación de barrios marginales en humedales conocidos localmente como "ressacas". La metodología de este estudio es interdisciplinaria e incluyó el análisis de datos estadísticos y una revisión bibliográfica y documental. Se reveló que el crecimiento de la centralidad de Macapá viene acompañado de una intensificación de las contradicciones inherentes a la producción del espacio urbano capitalista.

Palabras clave: Ciudades Medianas, Red Urbana, Segregación, Áreas de Ressaca, Macapá.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (POSGEO/UFBA). Professor da rede pública do Governo do Amapá (GEA). E-mail: antoniocarlos2605@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4673-4432>

² Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia POSGEO. Grupo Grupo de Pesquisa Dinâmica do Espaço Agrário e Relação Campo-Cidade (DARC/CNPq) do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA-UFBA). E-mail: noeli.pertile@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3245-415X>

³ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia PP GEO. Grupo Dinâmicas Territoriais da Amazônia (DITAMA/CNPq). E-mail: ricardo@unifap.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3532-422X>



1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as cidades são diversos e sob as mais diversas óticas e, no caso das cidades médias, deve-se levar em conta a combinação entre as variáveis: demografia, funções e organização do espaço intraurbano, as quais devem ser analisadas de forma articuladas e relativizadas, uma vez que ainda reina dificuldades conceituais impregnadas de significados e de imprecisões.

O conceito de cidade média deve ser visto dentro de uma escala temporal e espacial, diante dos contrastes regionais e socioeconômico do país, pois, a natureza das interações espaciais intraurbana e interurbana são complexas. Portanto, é preciso evidenciar algumas características como a concentração e a oferta de bens e serviços para uma *hinterlândia* regional, o que lhe garante centralidade e polarização em uma rede urbana, mesmo com papéis secundários àqueles desempenhados pelas metrópoles.

Entende-se que as cidades médias são núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores. Logo, classificar Macapá, capital do estado do Amapá, como uma cidade média na hierarquia urbana regional significa que esta desempenha funções atrativas e de mediações entre as pequenas cidades da região, assim como em relação à Belém, metrópole regional na porção oriental da Amazônia. Esta cidade vem apresentando um acelerado crescimento populacional e urbano decorrente do processo de ocupação recente da Amazônia, impulsionado pelos incentivos aos grandes empreendimentos produtivos sob o comando do Estado, os quais exercem influências nos fluxos migratórios das últimas três décadas.

2. CIDADES MÉDIAS: CONCEITOS E PRINCIPAIS ABORDAGENS

A década de 1990 iniciou um período de transformações socioespaciais no Brasil ocasionadas pelas novas formas de reprodução do capital através da descentralização da atividade produtiva em escala inter-regional. Regiões consideradas periféricas na divisão regional do trabalho e mais distantes dos centros mais dinâmicos do país passaram a atrair investimentos motivados por diversos fatores, como por exemplo vantagens comparativas ou por políticas de desenvolvimento regional, como é o caso de algumas ações do Estado brasileiro na Amazônia⁴.

⁴ Uma dessas ações na Amazônia foi a criação de Áreas de Livre Comércio, a exemplo da ALCMS (Área de Livre Comércio de Macapá/Santana), a qual segundo Porto e Theis (2015), representou a possibilidade da abertura de



Nesse contexto, surgiram novos padrões de fluxos migratórios, realocização da população em centros urbanos e crescimento de cidades médias. Este último fenômeno tem sido objeto de debate e estudos, pois estas cidades passaram a desempenhar novas funções em suas respectivas redes urbanas e também implicações que um acelerado crescimento populacional e urbano poderia provocar.

Apesar dos anos 1990 terem trazido debates acadêmicos sobre os novos papéis das cidades médias na realidade urbana brasileira, as discussões acerca dessa tipologia de cidades vinham ocorrendo desde a década de 1970 no âmbito da Geografia. Sobre esse aspecto, Rodrigues (2015) destaca as contribuições de Amorim Filho (1973) e também aquelas de Andrade e Lodder (1979) acerca da evolução dos estudos sobre as cidades médias no campo do planejamento urbano regional brasileiro.

O primeiro utilizava como critério na definição de cidades médias os limiares demográficos, organização interna e as relações externas que elas apresentam. Os outros dois autores definem cidades médias como aquelas que possuem entre 50 mil e 250 mil habitantes (Rodrigues, 2015, p.74). Esses autores, ao contribuírem para o início dos debates e definições de cidades médias no Brasil, procuraram dar ênfase para o patamar demográfico apresentado pelas mesmas.

Na atualidade, o patamar demográfico se torna insuficiente ao ser utilizado como principal critério de definição de cidades médias, pois os diferentes organismos, instituições e Estados-Nações não possuem quantitativos demográficos padronizados para nessa classificação. Rodrigues (2015) exemplifica essa dissonância ao afirmar que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera o limiar demográfico para definição de cidades médias entre 100 e 2 a 3 milhões de habitantes, na França usa-se o patamar entre 30 mil e 200 mil habitantes; na Itália entre 140 e 270 mil habitantes e em Portugal oscila entre 100 mil e 250 mil habitantes (Rodrigues, 2015, p. 75).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define cidades médias como sendo aquelas que possuem entre 100 mil até 500 mil habitantes. Este último parâmetro faz com que todas as cidades médias sejam obrigadas a adotar o Plano Diretor Urbano, que é um instrumento da política urbana instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”. Ele é regulamentado pela Lei Federal nº10.257/01, mais conhecida como Estatuto da Cidade, pelo

um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto n.517 de 1992, que a regulamentou.



Código Florestal (Lei nº 4.771/65) e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79)⁵.

Nesse contexto, o Plano Diretor é obrigatório para cidades: a) com mais de vinte mil habitantes (art. 41, I), b) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (art. 41, II), c) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do artigo 182, da CF/88, qualquer que seja a população (art. 41, III), d) integrantes de áreas de especial interesse turístico (art. 41, IV) e, e) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional (art. 41, V). Cidade com menos de 20 mil habitantes não está obrigada a aprovação de plano diretor a não ser que se enquadre em um dos incisos II a V do artigo 41⁶.

A diversidade numérica do parâmetro demográfico, como critério de definição da cidade média em diversos países e instituições, pode ser observada no quadro 1:

Quadro 1: Classificação demográfica das cidades médias em outros países.

País/Instituição	Faixa de tamanho demográfico (habitantes)
Alemanha	150.000 – 600.000
Argentina	50.000 – 1.000.000
Banco Mundial	Até 1.000.000
Brasil (IBGE)	100.000 – 500.000
Dinamarca	Menor que 100.000
Espanha	30.000 – 130.000
Estados Unidos	200.000 – 500.000
França	20.000 – 100.000
Grécia	10.000 – 100.000
Irlanda	50.000 – 100.000
Itália	50.000 – 300.000
ONU	100.000 – 3.000.000
Paquistão	20.000 – 100.000
Portugal	20.000 – 100.000
Reino Unido	150.000 – 600.000
Suécia	50.000 – 200.000
União Europeia	20.000 – 500.000

Fonte: Lima; Silveira, 2018.

Cabe ressaltar que o critério demográfico não é homogêneo em função da diversidade de objetivos de especialistas e de políticas públicas. Essa heterogeneidade numérica nos coloca diante da necessidade de buscar outros critérios de classificação além da dimensão demográfica. Essa questão foi evidenciada em 1994 por Milton Santos em seu livro *A Urbanização Brasileira*, onde mostra o obstáculo na classificação dessas cidades tomando exclusivamente o parâmetro demográfico:

⁵ Fonte: https://www.infoescola.com/administracao/_plano-diretor/

⁶ Fonte: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/plano-diretor/>



Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes... Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação (Santos, 1994, p. 70-71).

Sobre esse aspecto, Conte (2013) destaca que “a maior parte dos estudiosos afirma ser de extrema importância na análise das cidades médias, o cruzamento de dados de outra natureza, como posição regional e na rede urbana, estrutura econômica, relações funcionais externas, alcance de influência polarizadora, além de características socioeconômicas e demográfica da área, entre outros aspectos”. Nesse sentido, Santos e Silveira (2001) afirmam que o sistema de cidades constitui uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. Esses mesmos autores elucidam que “as cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e, desse modo, se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional” (Santos; Silveira, 2001, p. 281).

Também fugindo ao padrão demográfico como único critério para dimensionar ou classificar o porte das cidades, Sposito (2010) define “cidades médias como aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito dos sistemas urbanos simples ou complexos, o que as distingue de “cidades de porte médio”, que são aquelas assim classificadas em função de um dado tamanho demográfico, que num determinado país, é considerado médio segundo esta ou aquela classificação ou tipologia.” (Sposito, 2010, p. 52).

No que se refere às transformações do papel das cidades médias e suas relações com outras cidades, no contexto das redes urbanas regionais e em escala (inter)nacional na economia globalizada, Sposito (2010) ainda destaca:

Assim, tanto a aproximação entre cidades pequenas ou médias e empresas transnacionais pode alterar a escala das relações que se estabelecem a partir dessas cidades e até elas, como os interesses de consumo impostos por essa economia incidem nessas relações hierárquicas e as alteram. Tais relações eram predominantemente realizadas no âmbito da região, entre as cidades pequenas e médias, colocando em xeque a própria ideia de um espaço regional. Por outro lado, também se alteram as relações entre as cidades maiores, metropolitanas ou não, porque os novos vetores da economia – grandes conglomerados financeiros e/ou industriais - não operam restritamente numa região ou no âmbito de uma rede. Isso significa que as cidades pequenas ou médias têm se tornado economicamente (e de certo modo política e



culturalmente) tributárias de espaços que lhe são distantes e de cidades que não são constitutivas da mesma rede urbana a que pertencem (Sposito, 2010, p. 54).

Por sua vez, Trindade Jr. (2011) estabelece diferenciação entre cidade de porte médio, cidade intermediária e cidade média no contexto urbano amazônico:

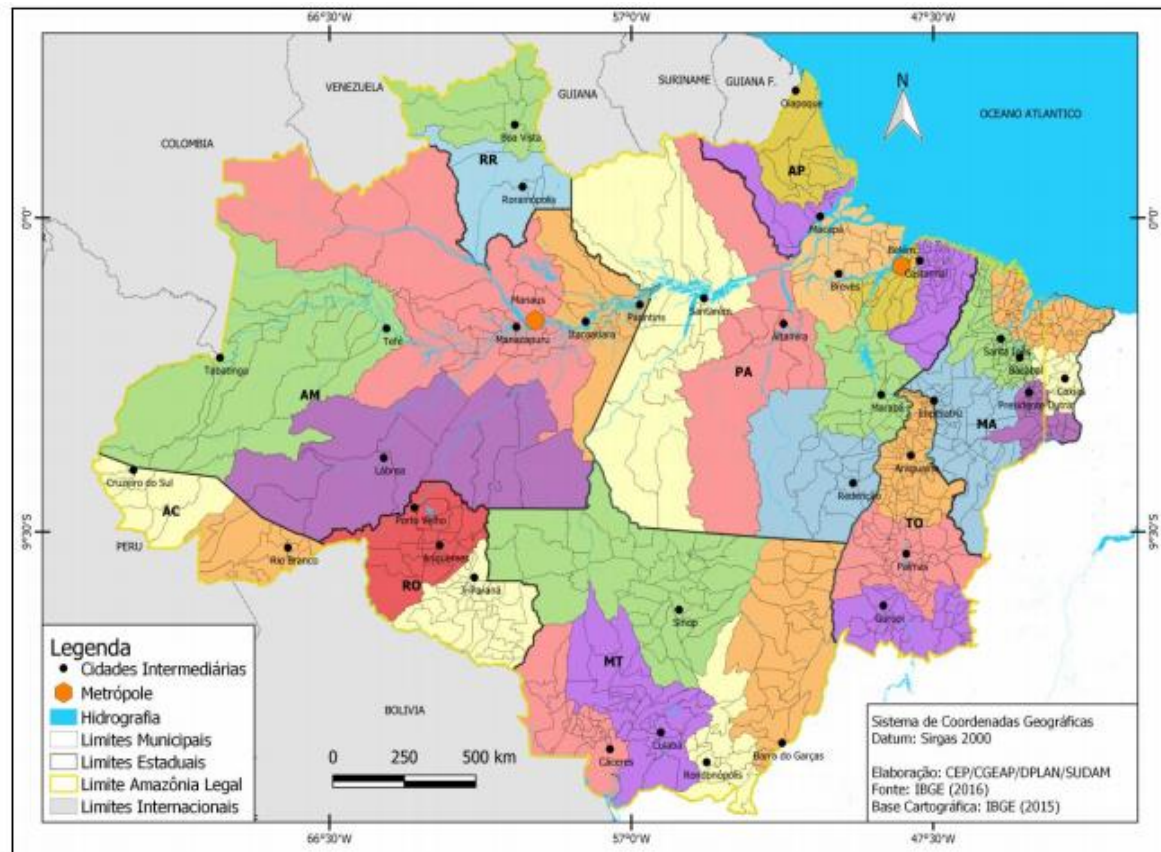
No primeiro caso, considera-se o patamar populacional para reconhecer tão simplesmente o tamanho demográfico das cidades. As cidades intermediárias, por sua vez, são definidas tendo em vista sua posição relativa e intermediária (entre as pequenas cidades e as metrópoles regionais), independentemente de sua expressividade político-econômica no contexto hierárquico de uma rede urbana. São noções, portanto, que se diferenciam daquela que identifica o que seja a cidade média. Esta última leva em conta a importância sub-regional apresentada por uma dada cidade intermediária, *ipso facto*, pelas fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem (Trindade Jr., 2011, p. 136).

Ressalta-se a contribuição deste último autor nos estudos das cidades médias da Amazônia, considerando que esta região apresenta uma urbanização profundamente ligada à lógica intencional do Estado, principalmente a partir da década de 1960. Neste caso, Trindade Jr. (2011) destaca que “o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo poder público e o incentivo a grandes empreendimentos, asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana”⁷ (Trindade Jr., 2011, p. 137).

No que se refere ao conceito de cidades intermediárias, é válido destacar que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM define que as mesmas são entendidas como espaços de relações entre cidades e entre cidades e regiões estruturadas em nós e fluxos, caracterizando-se como ponto de encontro e passagem obrigatória. Essas cidades atuam como unidades de atração dos pequenos centros urbanos, intermediação entre seu entorno e os grandes centros, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais, bem como, fornecendo fluxos de serviços e produtos que as pequenas cidades não dispõem (SUDAM, 2019). De acordo com esta última definição, a distribuição das cidades intermediárias na Amazônia Legal pode ser observada na figura 1.

⁷ Becker (1990) define a fronteira urbana como a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, implicando em proliferação e crescimento de cidades, bem como em difusão do modo de vida urbano. (retirar os parágrafos entre as citações).

Figura 1: Regiões geográficas e cidades intermediárias da Amazônia Legal



Fonte: SUDAM (2019).

Entende-se que esta classificação valoriza a função que a cidade cumpre na estruturação do território, pois é através de uma cidade intermediária que a produção, circulação e consumo se realizam na escala regional.

Nesse sentido, este conceito de cidade intermediária também é válido na análise da rede urbana da Amazônia, considerando-se que neste caso, o mesmo ultrapassa esquemas clássicos de cidades médias pautados unicamente em aspectos quantitativos da dimensão demográfica, ajudando na compreensão da realidade atual das articulações internas entre os núcleos urbanos. Essa noção de cidade média na rede urbana da região será abordada a seguir.

3. AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA DA AMAZÔNIA

A rede urbana amazônica, com padrão espacial dendrítico⁸, tendo Belém e Manaus como os dois maiores núcleos urbanos exercendo polarização sobre outros menores,

⁸ Sobre esse tipo de rede, Corrêa (2011) afirma que: Trata-se de rede de origem colonial, com a principal cidade localizada em estuário de ampla via de circulação fluvial, por onde se fará a ocupação e, a seguir, o escoamento dos produtos primários da hinterlândia. As interações espaciais seguem os cursos da rede fluvial, tornando-se mais intensas de montante para jusante. Desse modo, a importância dos centros aumenta na mesma direção, culminando com a cidade-primaz no estuário (Corrêa, 2011, p214-215).



distribuídos nas margens dos principais rios da região, se manteve sem grandes alterações até o início da segunda metade do século XX. A partir da década de 1960, o processo de ocupação regional tendo o Estado como principal agente norteador, provocou transformações nesse cenário. A abertura de grandes eixos rodoviários como a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho, que vieram a somar com outras poucas rodovias já existentes, aceleraram os fluxos de ocupação regional e provocaram o aparecimento de novos núcleos urbanos nas suas margens. Sobre essas mudanças, Corrêa (1987) afirma que:

Tais transformações referem-se ao aparecimento, em escala mais ampla, de outros modelos de gênese de cidades e de novas funções urbanas, à dependência da rede urbana a um maior número de produtos e às alterações no tipo de sítio, paisagem urbana e no padrão espacial de rede de cidades: a localização no “centro”, em áreas de “terra firme”, em detrimento da “beira”, em um terraço ou várzea alta, junto a um rio navegável, constituem mudanças que significam, simultaneamente, a valorização de um outro sítio e a ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico da rede urbana (Corrêa, 1987, p.58).

O padrão de organização do espaço amazônico que valorizava os elementos dos ecossistemas existentes, denominado por Porto-Gonçalves (2001) de *rio-várzea-floresta* foi alterado para *estrada-terra firme-subsolo*. Estes dois padrões, contraditórios entre si, são elucidados por este mesmo autor ao afirmar que:

Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica (Porto-Gonçalves, 2001, p.79).

Nesse contexto, as cidades amazônicas tornaram-se bases logísticas para as políticas de desenvolvimento regional e para a ressocialização da população migrante (Becker, 1990). O desenvolvimento econômico planejado para atender aos interesses do grande capital, motivou migrações para a região, onde trabalhadores do Nordeste e de regiões menos desenvolvidas do Centro-Sul vieram para a Amazônia, movidos pela ideia de progresso regional que estes grandes empreendimentos criaram ou atraídos pelo Estado através dos projetos de colonização dirigida⁹.

Ao utilizar o acesso à terra como fator de indução a movimentos migratórios, o Estado promove a atração em massa de migrantes, condiciona os fluxos migratórios, e as políticas de

⁹ *Colonização dirigida* é uma denominação oficial e indica que a ocupação das terras seria encaminhada pelas instituições do governo brasileiro na década de 1970 (Soares, 2019, P. 142).



terras e de crédito seletivo resultam na apropriação/expropriação e no processo de proletarianização/diferenciação do campesinato (Becker, 1990).

Como consequência desse processo, a região passou a ter um rápido crescimento populacional, que se fez notar principalmente nos centros urbanos, redefinindo novas tendências em sua urbanização, assim descritas por Trindade Jr. (2011): a valorização dos centros localizados às margens das rodovias; a reprodução de pequenos núcleos dispersos vinculados à mobilidade do trabalho; a retração de núcleos antigos, que ficaram isolados à margem das novas formas de circulação; a implantação de franjas urbanas avançadas, correspondentes às cidades das companhias; e a concentração nas capitais estaduais.

Trindade Jr. (2011) busca inspiração no raciocínio de Sposito (2001b) para definir as cidades médias amazônicas como sendo aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores, funcionando como anteparos e suportes às metrópoles regionais. Ao estabelecer esta definição, este autor procura separar cidade média de “cidade intermediária”, pois esta última é aquela que se coloca em um intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional, enquanto que cidade média precisa ter esta última característica (Trindade Jr, 2011, p. 137). Destarte, toda cidade média é uma cidade intermediária, mas nem toda cidade intermediária pode ser considerada cidade média.

Este último conceito será utilizado para inserir Macapá como cidade média na hierarquia urbana regional, fato que será abordado a seguir.

3. MACAPÁ COMO CIDADE MÉDIA AMAZÔNICA

Macapá, capital do Estado do Amapá, desempenha funções servem de mediação entre pequenas cidades da região e Belém, que é classificada como metrópole regional na porção oriental da Amazônia. Esta cidade também possui importância e centralidade na sub-região norte do Marajó¹⁰. Este último aspecto é destacado nos estudos de Silva (2016), ao afirmar que:

¹⁰ Para definir centralidade, Corrêa (1994) busca a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, ao afirmar que todas as cidades são dotadas de funções centrais através da oferta de bens e serviços para uma população do seu entorno. Quanto maior essa oferta, maior a sua centralidade e mais significativo aquilo que Santos (1996) define como sistema de fluxos.



Podemos compreender essa centralidade a partir da identificação da importância da hierarquia e do papel que Macapá tem construído sobre a condição de capital de Estado, na condição de cidade média; a partir das transformações no contexto regional, dos agentes e fluxos que congregou nos últimos anos. Os fluxos nada mais são que resultados da ação de velhos e —novos| agentes que atuam em Macapá, criando, reafirmando a posição e a polarização de serviços públicos e econômicos da capital amapaense em relação às cidades da sub-região norte do Marajó, como Gurupá e Afuá (Silva, 2016, p.56).

Essa polarização exercida por Macapá em relação às cidades da sub-região norte do Marajó é notada principalmente a partir de sua condição de capital do Estado do Amapá em 1988 e posterior expansão do sistema de serviços públicos e atividades econômicas. Nos anos 1990, merece destaque a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana que ampliou a urbanização no entorno de Macapá. Esses fatores também provocaram um expressivo crescimento populacional de Macapá, o que é destacado por Amorim e Santana (2019):

(...) Após a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991, a população passa de 179.252 para 398.204 habitantes em 2010, segundo dados do IBGE. Durante esse período, a população macapaense mais que dobrou, pois agregada à criação da ALCMS, adiciona-se também a transformação do Território Federal do Amapá em estado, a partir da Constituição de 1988, o que acarreta migrações inter-regionais nesse período para o recém-criado estado do Amapá (Amorim; Santana, 2019, p. 11).

Nesse cenário, nota-se que essa cidade passa a ter um incremento expressivo em sua população urbana. Os dados da tabela 1 que retratam a evolução da população urbana de Macapá de 1940 a 2022, ilustram o que está sendo afirmado.

Tabela 1: Evolução da População Urbana de Macapá 1940 a 2022.

Período	População Total	População Urbana	População Rural	% População Urbana
1940	16.234	1.012	15.222	6,23
1950	20.594	10.068	10.526	48,88
1960	46.777	28.835	17.942	61,64
1970	86.097	54.740	31.357	63,57
1980	137.451	93.132	44.319	67,75
1991	153.572	132.668	20.904	86,38
2000	283.308	270.628	12.680	95,52
2010	398.204	381.214	16.990	95,73
2022	442.933	418.800	24.133	94,50

Fontes: Anuários estatísticos do IBGE, Anuários estatísticos do Amapá, Censos do IBGE, 1980 a 2022.



Observa-se que no período entre 1991 e 2000, a população mais que duplicou, saltando de 132,668 para 270.628 habitantes, apresentando uma taxa de crescimento de 103,98%. Neste intervalo, o crescimento populacional urbano de Macapá é reflexo direto da estadualização ocorrida em 1988 e também da ALCMS implantada na primeira metade da década de 1990. Esses fatores direcionaram fortes fluxos migratórios para Macapá, que somado ao crescimento vegetativo, desencadearam os índices de expansão populacional apresentados na tabela 1. No último Censo, a população de Macapá correspondeu a 442. 933 habitantes (IBGE, 2022).

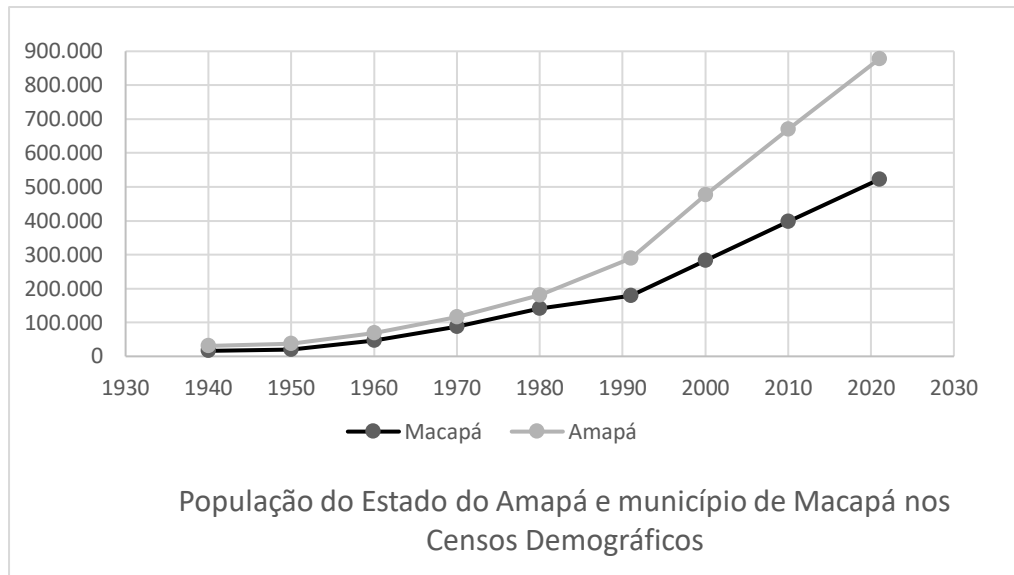
Vale destacar que de acordo com os dados do IBGE, a taxa de urbanização no período retratado foi uma das maiores entre as capitais da Região Norte. Ressalta-se, ainda, que a cidade de Macapá e Santana apresentam um tecido urbano integrado por duas rodovias (AP-010 e AP-020) que constituem com eixos de expansão entre as duas cidades, onde as mesmas concentram 75% da população do Estado, ou seja: 550.551 dos 733.759 mil habitantes do Amapá (IBGE 2022).

Destarte, a condição de Macapá como capital de Estado a partir de 1988 afirmou seu papel de cidade média e sua centralidade também sobre municípios do interior do Amapá, pois segundo Amorim e Santana (2019), como não possuíam infraestrutura e atividades econômicas intensas, eles estavam atrelados de forma direta à produção econômica da capital amapaense.

Portanto, a mesma dinâmica da população não foi observada nos demais municípios amapaenses, e tal situação acompanha a tendência de Macapá concentrar grande parcela da população do estado (Lobato, 2013; Pirot, 2017).

Ressalta-se que o aumento acentuado da população macapaense já era notado desde a década de 1950, quando a instalação do projeto de exploração do manganês pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios) em Serra do Navio (que na época era distrito de Macapá) também se tornou um estímulo às migrações para a capital. Apesar disso, esse aumento se apresenta de forma expressiva nas últimas três décadas, conforme retratado no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução demográfica de Macapá (1940-2020).



Fonte: Censos do IBGE 1940-2010 e estimativas 2020.

Desde a década de 1990 essa posição de Macapá na rede urbana amazônica ficou ainda mais evidente. Novos agentes na produção do espaço urbano e transformações socioespaciais resultado da implantação de objetos e serviços ligados ao meio técnico-científico-informacional¹¹ reforçaram sua centralidade e polarização sub-regional.

Paralelamente, as contradições inerentes ao seu crescimento urbano desordenado se acentuaram. Merece, neste caso, a multiplicação das favelas¹² nas áreas úmidas conhecidas localmente como “ressacas” coexistindo com condomínios ou edifícios de alto padrão para a população de alta renda (figuras 2 e 3).

¹¹ O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (Santos, 1993, p. 20).

¹² Em 2022, o IBGE retomou o conceito de favela em substituição ao termo “aglomerados subnormais” que vinha sendo adotado pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991. Segundo esse órgão, favelas são locais com predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse e, pelo menos, um dos demais critérios: ausência ou oferta incompleta de serviços públicos, predominância de edificações e arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística (IBGE, 2022).

Figura 2: Ocupação em área de ressaca



Fonte: acervo dos autores (2025).

Figura 03: Edifício Costa Norte



Fonte: acervo dos autores (2025).

Sobre esse cenário, Santos (2022), ressalta que a intensidade dos fluxos migratórios para Macapá e a falta de planejamento urbano em sintonia com esse crescimento populacional, desencadeou invasões e ocupações irregulares nas áreas de ressaca, originando um processo de favelização nesses espaços. Esta se tornou a mais explícita forma de segregação socioespacial impressa na paisagem de Macapá, fruto da produção social desigual e diferenciada do espaço e do tempo (Lefebvre, 1974; Harvey, 1996).

Esse cenário também é reflexo do déficit habitacional que tem sido motivo de ações do poder público no sentido de minimizá-lo, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Por meio desse programa, o Estado atua para reduzir a falta de habitação para população de baixa renda e favorece a expansão urbana de Macapá principalmente nas áreas periféricas onde os principais conjuntos habitacionais são construídos. Sobre essa política habitacional, Santos (2022) também destaca que ela tem tido pouca proximidade com a realidade vivenciada pelos moradores das áreas de ressaca, pois ela atende mais ao setor financeiro/imobiliário do que as reais necessidades da população.

Cabe destacar que como as áreas de ressaca são drenadas por igarapés que desaguam no rio Amazonas, estando sujeitas aos movimentos das marés e o padrão típico das habitações é de palafitas, a população nelas residente pode ser classificada como “ribeirinhos urbanos”¹³.

¹³ Segundo Takiyama *et al.* (2012), as ressacas constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligados a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo



Este aspecto singulariza a cidade de Macapá no âmbito das formações urbano-regionais amazônicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto regional, Macapá passou a exercer um importante papel na rede urbana regional, sem, no entanto, apresentar um grande contingente demográfico e com carência em infraestrutura para grande parcela de sua população, que cresceu acentuadamente nas últimas décadas. O crescimento dessa cidade média é reflexo dos fatores políticos e econômicos que marcam a dinâmica de ocupação, não só da referida capital, mas do Estado e da região amazônica.

Por fim, conclui-se que a cidade de Macapá, no contexto da rede urbana da Amazônia, embora não possua o *status* de metrópole, vem apresentando um intenso crescimento populacional e urbano nas últimas três décadas. Sua inserção na hierarquia urbana como cidade média é resultado de capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores, funcionando como anteparos e suportes em relação à Belém, metrópole na porção oriental da região.

Esse quadro é acompanhado pela segregação e precárias condições em que vive a população das áreas de ressaca, com ausência de infraestrutura e prestações de serviços públicos com qualidade, ficando à margem de um planejamento urbano efetivo que concretize o direito à cidade de forma igualitária.

5. REFERÊNCIAS

AMORIM, J. P. A.; SANTANA, E. J. M. Reflexões sobre a centralidade urbana de Macapá-AP-Brasil. **InterEspaço**, Grajaú/MA v. 5, n. 17 p. 01-16. maio/ago. 2019.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades médias: discutindo o tema. **Sociedade e Território**. Natal: V.25, n.1, p. 45-61, jan-jun., 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Periodização da rede urbana da Amazônia. *In*: **Revista Brasileira de Geografia**. N.3, p. 39-68. Rio de Janeiro: 1987.

vegetação herbácea. Essas áreas úmidas existentes no sítio urbano de Macapá estão ligadas à bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza.



CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, Volume 9, Número 16. São Paulo: 2011.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. 255 f. Tese de Doutorado em Geografia-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP-Presidente Prudente- SP, 2015.

LIMA, Juscelino Gomes; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 16, núm. 42, Porto Alegre: 2018.

LOBATO, Sidney da Silva; PIROT, Françoise. Trôpega integração: A transformação de Macapá em cidade média da Amazônia Oriental (1944-1988). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 1, p. 260-289. jan-jul., 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues dos. **Segregação socioespacial na produção do urbano: o caso da área de ressaca do Canal do Jandia em Macapá-AP**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP: 2022.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Jonas Pastana da. **Centralidade política e econômica de Macapá na sub-região Norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá**. Dissertação de Mestrado, UFPA, Belém, 2016.

SOARES, Felipe Menezes. "Histórias de beira de estrada" – memória e história da ditadura na Amazônia da década de 1970. **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**. Rio Claro, RJ: v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SUDAM. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Cidades intermediárias da Amazônia Legal**. Belém, PA: 2019.



TAKIYAMA, Luís. *et al.* **Relatório Técnico final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá.** Macapá: 2012.

TRINDADE JR., S. C. Cidades Médias na Amazônia Oriental: Das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, p.135 a 151. Novembro de 2011.